

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): MARISTELA DA SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN.

OUTORGADO(S): ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12; BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 14290, portador do CPF/MF nº 061.192.214-25; CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 7268, portador do CPF/MF nº 452.648.800-34, ambos com endereço profissional situado à Avenida Romualdo Galvão (Edifício Sfax - sala 803), nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

PODERES: Para o foro em geral nos termos do artigo 105 do Código de Ritos, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, concomitantes com os especiais notadamente para promover quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, assinar termo de acordo judicial ou extrajudicial, transigir, acordar, renunciar, recorrer, agravar, substabelecer no todo ou em parte, utilizar e fazer cadastro em nome do Outorgante junto à Central de Serviços Meu INSS, atuar em conjunto ou separadamente com outros advogados para defender os interesses do(s) Outorgante(s) até que as providências tomadas na defesa dos seus interesses tenham cessado.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, levantar ou receber RPV, precatórios e alvarás, requerer a justiça gratuita, dar e/ou receber quitação, declarar a hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105, do Código de Processo Civil.

Natal, 12 de setembro de 2019.



OUTORGANTE







DADOS DO CLIENTE		ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA	
MARISTELA DA SILVA		RUA CLAUDIONOR DE ANDRADE 81	
CPF 018 564 574-78		NOVA DESCUBERTA/ÁREA URBANA	
CLASSIFICAÇÃO		NATAL RN	
B1 RESIDENCIAL RESIDENCIAL		59075-350	
Nº DA NOTA FISCAL		CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
021204699	SÉRIE	0855464691	03/2019
ÚNICA	EMIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
18/03/2019		22/03/2019	13/04/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	TOTAL A PAGAR (R\$)	
18/03/2019	3000887773	199,53	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ado (kWh)	156,0000000	0,83708758	99,38
Contrib. Ilum. Pública Municipal			11,25
Parcela 2/6 Fls no 849000557022			83,64
Multa por atraso - NF 016728807 - 14/12/18			2,53
Juros por atraso - NF 016728807 - 14/12/18			2,83

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
218030431	C-1	14-03-2019	660,00	18-03-2019	816,00	30	1,00000		156,00

HISTÓRICO DE CONSUMO			INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/ano	Consumo (kWh)		BASE DE CÁLCULO	VALOR DO IMPOSTO		Transmissão	R\$	35,78
MAR19 156			99,38	17,68		Distribuição (Cosem)	R\$	23,42
FEV19 187			99,38	1,16		Perdas de Energia	R\$	6,29
JAN19 268			99,38	5,37		Energia Setorial	R\$	6,63
DEZ19 205						Tributos	R\$	24,36
NOV19 30						Total	R\$	99,38
OCT19 30								100%
SET19 30								
AGO19 30								
JUL19 30								
JUN19 30								
MAI19 30								
ABR19 30								
MAR19 30								

TARIFAS APLICADAS		Consumo Ado (kWh)
		0,83708758

RESERVADO AO FISCO	
0970 1716 7898 8E19 2192 F00F A198 D276	

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no prazo mais próximo de vencimento a fatura de energia elétrica para não sofrer interrupção no fornecimento de energia elétrica. Caso não seja pago no prazo, a fatura será considerada em atraso e o cliente poderá sofrer interrupção no fornecimento de energia elétrica. O cliente é responsável por manter a fatura em dia e por pagar a fatura no prazo de vencimento. O cliente é responsável por manter a fatura em dia e por pagar a fatura no prazo de vencimento. O cliente é responsável por manter a fatura em dia e por pagar a fatura no prazo de vencimento.

ATENÇÃO! A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO					
EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE					
Vencido	Diretório	Valor	Vencido	Diretório	Valor
21/02/19	16/03/19	214,79	22/01/19	14/02/19	181,69

Este comunicado NÃO substitui a emissão de débitos e NÃO contém débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persistir por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo ter em vista a cobrança conforme o contrato de fornecimento de energia elétrica. Consulte em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES					NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR AFURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
LAGOA NOVA	JUN/2019					MÍNIMO	MÁXIMO
DIC	0,00	4,63	9,67	19,34	220	202	231
FIC	0,00	3,11	6,22	12,45			
DMIC	0,00	2,69	0,00	0,00			

Limite JCR 12,22 EUSD - Valor do Encargamento de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 37,30



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

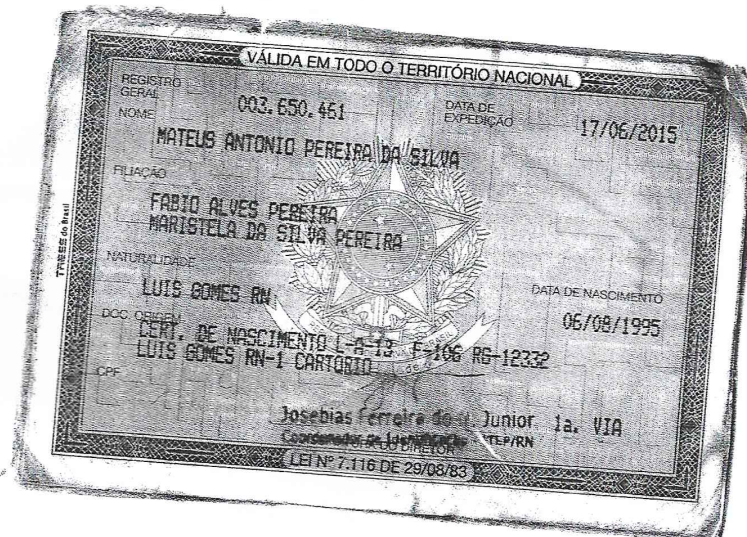
MARISTELA DA SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN, declara que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, art. 98 e seguintes do CPC e da Lei nº 1.060/50.

Natal/RN, 12 de setembro de 2019.

Maristela da Silva

DECLARANTE





República Federativa do Brasil

Estado Rio Grande do Norte

Comarca Luís Gomes



Município Luís Gomes

Distrito Sede Comarca

Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, do livro Nº. A-13, dos assentos de nascimento às Fls. 106.x-

sob o Nº. 12332 consta o registro de "MATEUS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA"

.x-x-x-x-x-x-, do sexo masculino, de cor x-x-x-x-x-x-

nascido(a) aos seis (06).x- de Agosto (08) de mil novecentos e 1995.x-

x-x-x-x-x-, às 10:05 horas, em esta Cidade de Luís Gomes-RN.

sendo filho(a) de Fábio Alves Pereira e de Maristela da Sil-

va Pereira.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

sendo seus avós paternos Francisco Oliveira Pereira e Maria Alves

Pereira.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

e avós maternos Antônio Belo do Nascimento e Maria Izabel

da Conceição.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

serviram de testemunhas Clovis Martins da Costa e Vaneuda de

Paiva Nunes.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

foi declarante O pai do registrado.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

o registro foi lavrado aos 21 de Agosto (08) de 19 95

OBS.: PARA TODOS OS FINS DE DIREITO.x-x-x-x-x-x-x-x-x-

2º. OFÍCIO DE NOTAS

Alexandre S. Neto

Tabelião e Escritório Público

CIC: 671.328.464-20



LUÍS GOMES, RN.

O REFERIDO É VERDADE: DOU FÉ.

Luís Gomes-RN, 21 de Agosto (08) de 19 95

Oficial do Registro Civil



	<p>PREFEITURA DO NATAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA SAMU 192 NATAL</p>	
---	---	---

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **MATEUS PEREIRA DA SILVA**, foi atendido por este serviço SAMU 192 Natal, no dia 18/08/2019, aproximadamente às 15:57min, na rua Engenheiro Nelson Matos, Nova Descoberta, nesta Cidade. **Sob nº de ocorrência 275813/1**, onde foram feitos os procedimentos de praxe pela equipe de plantão.

[Handwritten signature]
[Circular stamp: L. Augusto Camara de Macedo, CRM/RN 4366]

Natal, 10 de setembro de 2019.

CLAUDIO AUGUSTO CAMARA DE MACEDO

Coord. Geral do Serviço de Transporte Sanitário Municipal e SAMU 192 Natal
Matrícula 72.468-1



FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 275813/1

Data: 18/08/2019

CHAMADO

TARM: GERLÂNIA BARBOSA

Rádio Operador: VIVIAN TAVARES DO NASCIMENTO

Equipe Enfermagem Cena: COMUNICADOR

VTR: USA 01 (BASE DESCENTRALIZADA SÃO JOÃO)

Médico Regulação: ALESSANDRO TAVARES

Médico Cena: ROGERIO OSCAR FERNANDES

Usuário Pós-Cena:

Equipe VTR: HERBERT SALES RAMOS DA SILVA - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
EISE CALAFANGE SEABRA - ENFERMEIRO
MICHELLE CLARA BONIFÁCIO - MEDICO☐ REGULAÇÃO MEDICA☐ TROTE☐ INFORMAÇÃO☐ ENGANO☐ TRANSF./INTERNAÇÃO

Cidade: NATAL

Nome do Solicitante: DEBORA

Telefone: (84) 99936-9213

Nome do Paciente:

MATEUS DE OLIVEIRA

Idade: *

24 ANO(S)

Sexo: *

MASCULINO

☐ Endereço não informado☐ Coordenadas Informadas

Latitude: -5.8246734 Longitude: -35.1983486

Endereço: RUA ENGENHEIRO NELSON MATOS

Nº: VP

Bairro: NOVA DESCOBERTA

Outro Bairro:

Referência/Complemento: PX ASSEMBLEIA DE DEUS //PX MER, DE MARLENE

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL WOLFREDO GURGEL

Queixa Primária: QUEDA DE MOTO

Quem Solicitou: Transeunte

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

18/08/2019 15:57:11 - Dr(a). ALESSANDRO TAVARES

APH: TRAUMA / HD: QUEDA DE MOTO

REGULAÇÃO: VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, SEM CAPACETE, APRESENTANDO SANGRAMENTO NA CABEÇA; INCONSCIENTE

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USA

PRIORIDADE: VERMELHO

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3

POSSUI CONVÊNIO MÉDICO: NÃO INFORMADO

Apoio:

OBSERVAÇÕES

Data: 18/08/2019 15:54:51 Usuário: (TARM) GERLÂNIA BARBOSA

Observação: MER. MCS.

Data: 18/08/2019 16:05:20 Usuário: (TARM) GILYANE MARIA DE SOUZA

Observação: RUA CLAUDIONOR DE ANDRADE ;

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
18/08/2019
15:54:12Saída Local:
18/08/2019
16:21:19Regulação Médica:
18/08/2019
15:57:11Chegada Destino:
18/08/2019
16:26:19Solicitação VTR:
18/08/2019
15:57:29Liberação Destino:
18/08/2019
17:58:41Saída VTR:
18/08/2019
16:02:20Liberação VTR:
18/08/2019
17:58:42Chegada Local:
18/08/2019
16:09:37

Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:38

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163833300000047805121>

Número do documento: 19100218163833300000047805121

Num. 49477173 - Pág. 2

Observação do Apoio:

CONVÊNIO MÉDICO PARTICULAR

Paciente possui convênio médico particular?*

☐ Sim ☐ Não ☐ Não informado

CONDUTA

☒ Remoção

Conduta Equipe de Enfermagem:

18/08/2019 18:04:22 - COMUNICADOR

TARM EZEQUIEL: DRA FRANCISCA DO POLITRAUMA DO WOLFREDO AUTORIZOU O ENVIO DA AMBULÂNCIA.

REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA

☐ Aguardando Vaga

Estabelecimento:

NATAL - HOSPITAL WOLFREDO GURGEL

Vaga Negada - Motivo:

-- SELECIONE --

H. ligação ao serv prop.:

...

F:

Recebido por:

Numero do conselho:

Numero da ficha de Remoção:

☐ Vaga Negada

☐ Vaga Zero

Motivo da entrada:

Ass:

PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

Ass:



HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL

Missão de Internamento Hospitalar

Nº FIA: 7756 /2019

Prontuário: 1175951

Paciente: 92965 - MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA

Cartão SUS: 898000079097326

CPF: 13690100445

Dt Nasc: 06/08/1995

Idade: 24 anos 12 dias

Sexo: M

Etnia: PARDA

Estado Civil: NÃO INFORMADO

Nome da mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA

Nome do pai:

Rua/Av: CLAUDIONOR DE ANDRADE

Complemento:

CEP: 59075350

Cidade: NATAL

Nº: 81

Bairro: NOVA DESCOBERTA

Telefone: 84 99834007 84 99834007

Especialidade: NEUROCIRURGIA

Unidade: POLITRAUMA

Leito: 11

Responsável: MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA -

Usuário: SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS

Admissão: 18/08/2019 17:48:27

Alta:

Óbito:

Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: S07.1 - LESAO POR ESMAGAMENTO DO CRANIO

303040106 -

DIAGNÓSTICO FINAL:

RESUMO DE ALTA



NATAL, 18 de Agosto de 2019.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:39

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163877300000047805123>

Número do documento: 19100218163877300000047805123



Laudo para Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Solicitante: HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL

CNES: 2653923

Executante: O solicitante ou

CNES:

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: **92965 MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA**

Prontuário: 1175951

CNS: 898000079097326

Nascimento: 06/08/1995

Sexo: Masculino

Cor: PARDA

Mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA

Pai:

Endereço: RUA CLAUDIONOR DE ANDRADE, 81 - NOVA DESCOBERTA - NATAL

Fone: 99834007 /

Município: NATAL

Código Municipal IBGE:

240810

UF: RN

CEP: 59075-350

Clinica de Acompanhamento: NEUROCIRURGIA

Laudo: 21714 / 2019

JUSTIFICATIVA DE INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS:

vítima de politraumatismo por queda de moto alcoolizado
glasgow 3 na admissão

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:

acima descrita

RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS:

tc de crânio

Diagnostico e Procedimento Inicial:

S07.1 LESAO POR ESMAGAMENTO DO CRANIO*303040106.TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCE

Profissional Solicitante / Assitente:

MOISES FELIPE DA COSTA FERNANDES

Moises Felipe
Neurocirurgião
CRM 7579 / RN

CRM: 7579 / RN

Data da Solicitação 18/08/2019

PREENCHER EM CASOS DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

() Acidente de Trabalho CNPJ da Seguradora: _____ Nº do bilhete: _____ Série: _____

() Acidente de Trabalho Típico

() Acidente de Trabalho Trajeto CNPJ da Empresa: _____ CNAE da Emp.: _____ CBOR: _____

Vínculo com previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

Profissional Autorizador: _____ Órgão Emissor: _____ Nº Autorização da AIN: _____

Documento: () CNS () CPF nº _____

Data da Autorização: ____/____/____ Assinatura/Carimbo: _____





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secr. a de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

ADMISSÃO MÉDICA

UTI

Identificação: da Silva Data: 18/11/19
Nome: Mateus Antonio Pereira Registro: 1178951
Leito: 146 Idade: 24 Data de Nasc.: 1/1 Sexo: (X) M () F Data da Internação Hospitalar: 18/11/19
Diagnóstico(s): Afundamento de nariz - laparotomia Peso: 60 Kg

Setor/Unidade de Procedência: () CC () CRO () PS Trauma () PS Clínico

() Enfermaria Qual? () Outra Unidade Qual?

Motivo da Internação na UTI: Per - OP para afundamento de nariz

Reinternação? () Não () Sim <48h? () Não () Sim

APACHE: 1

História Clínica

Paciente refere acidente 7 meses atrás, admitido em Glasgow: 3, com afundamento de nariz, conduta conservadora pela neurocirurgia. Foi encaminhado ao CT para avaliação de drenagem de líquor e realização laparotomia para drenagem. Encaminhado para UTI - PO para necessidade de ventilação por afundamento do nível de consciência.

Avaliação Sist. Neurológico

Abertura Ocular	Espontânea	4	Resposta Verbal	Orientado e conversando	5	Resposta Motora	Obedece comandos	6
	Ao comando verbal	3		Desorientado e conversando	4		Localização à dor	5
	À dor	2		Palavras inapropriadas	3		Flexão inespecífica (retirada)	4
	Ausente	1		Sons incompreensíveis	2		Flexão hipertônica (decorticação)	3
				Sem resposta	1		Extensão hipertônica (descerebração)	2
							Sem resposta	1

Sedado? () Não () Sim SAS*

CAM-ICU** positivo

* Sedation-Agitation Scale

Assessment Method for the Intensive Care Unit

** Confusion

NIH admissão (se aplicável): 10/09/2019Hunt Hess (se aplicável): 15488-76Fisher (se aplicável): SAMEECG = 3 Não se aplica ()

TCE Grave: 3 a 8 () / TCE Moderado: 9 a 12 () / TCE Leve: 13 a 15 ()

Pupilas (descrição): Pupila muito dilatadaDescrição de déficit motor: Reflexo anormal de sensibilidadeObs.: de sensibilidade

Rigidez de nuca: () Não () Sim

Avaliação Sist. Respiratório

() Ar Ambiente () Cat. Nasal O₂ 2 L/min () MV 2 % () VNI SatO₂ 99 % FiO₂ 50 %
() TOT há 2 dias, nº 1 () TQT há 2 dias, nº 1 Freq. Respir.: 18 IRPM

Descrição do Exame Pulmonar: mv com estertores crepitantesObservações: em fase crítica

Gasometria (antes ou admissional)	pH	PCO ₂	BE	FiO ₂	Dist. Ac./base:
	PaO ₂	HCO ₃	P50	PaO ₂ /FiO ₂	



GOV. DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

BOLETIM
OPERATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Mateus Antonio Pereira Reg. Nº 92965
Diagnóstico pré-operatório: Trauma tórax-abdominal
Indicação terapêutica: Drainagem torácica Urgência (☒) Eletiva (☐)

INTERVENÇÃO

Data: 18/08/19 Início: 18:40 Término: 19:30 Duração:
Operador: Adriano Costa CRM/CRO: De Adriano Costa
1º Auxiliar: Wagner (R17) CRM/CRO: Cirurgião Geral
2º Auxiliar: CRM/CRO:
Instrumentador: Tel. Ene
Anestesista: J. T. Lago CRM/CRO:

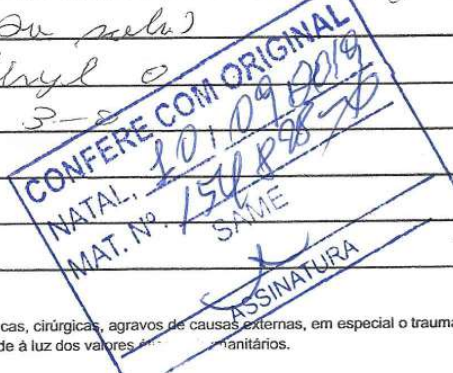
RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

- 1) Punção em DDH + drenagem geral.
- 2) Aspiração + drenagem + lavagem estéril.
- 3) Realizada drenagem torácica à direita por
drainagem torácica nº 38 FR. Sutura de
pele.
- 4) Fúndos de tórax com ple. Proble. o.
- 5) Tempo abdominal.
- Insuflação pulmonar torácica + drenagem
por pleurostomia + drenagem pleurocavitária.
- Realização de punção + drenagem de líquido pleural
na pele (aspirado?).
- Não identificamos qualquer lesão ou ruptura pulmonar.
- Não identificamos lesões de víscera abdominal e de
outros.
- Sutura de pele e compressão 10 K (realizada
pelo instrumentador e monitorada de perto).
- Sutura de compressão por 10 K.
- Sutura de pele com nylon 3-0.
- Não há instrumentação.

Coleta de material anatomo-patológico: (☒) NÃO (☐) SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: (☒) NÃO (☐) SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:39

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163877300000047805123>

Número do documento: 19100218163877300000047805123



GOV. DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública

Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel

Pronto Socorro Clóvis Sarinho

BOLETIM
OPERATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: MATEUS Antonio P. Silva Reg. NºDiagnóstico pré-operatório: Fratura maxilar com fratura de maxila + maxilaIndicação terapêutica: Sutura facial Urgência (☒) Eletiva (☐) Emergência

INTERVENÇÃO

Data: 18.08.19 Início: 19:30 Término: 20:15 Duração: 45'Operador: Diego Amaral CRM/CRO: 2483

1º Auxiliar: CRM/CRO:

2º Auxiliar: CRM/CRO:

Instrumentador:

Anestesista: Thiago CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

1. Paciente em decúbito dorsal horizontal
2. Manobra antissepsia
3. Colocar campo estéril
4. Sutura por pontos facientes região fronto-temporal de pele a pele com nylon e nylon 5-0
5. Sutura por pontos facientes em pálpebra inferior direita com cataprepia do lábio no canto inferior direito.
6. Sutura simples em lábio maxilar inferior com nylon 3-0
7. Curativos.



Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:39

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163877300000047805123>

Número do documento: 19100218163877300000047805123

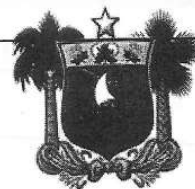
Num. 49477175 - Pág. 6



SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

Gerado via por UZIMAR PEREIRA VALE

UNFO SOCORRO GLOVÁS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 42307 /2019

Admissão: 18/08/2019 16:50:11

CIRURGIA GERAL - VERMELHO

Paciente: 92965 - MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA (24 a 12 d)

Nascimento: 06/08/1995

Natural: LUIS GOMES BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 898000079097326

CPF: 13690100445

Prof: ESTUDANTE

Mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA

Pai:

Logradouro: CLAUDIONOR DE ANDRADE, 81

CEP: 59075350

Bairro: NOVA DESCOBERTA

Cidade: NATAL

Telefone: 84 .99834007

Compl:

Motivo: MOTO X OBJETO FIXO

Tipo: REFERENCIADO

Origem: AMBUL. SAMU NATAL

*Empresa:

Fluxograma:

Discriminador:

OBS:

Classificação: 18/08/2019 16:44:03

HLA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM TCE GRAVE(ENTUBADO)

Hora: 16:50

Paciente vítima de queda de moto. Trauma intratável pelo SAMU. TCE grave. Ponto de Glasgow 3 no momento da avaliação. Lesão bilateral. Faltou 1 hora de S.O. pelo SAMU.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A 20T. Não há sinais vitais alterados.

B Exame físico normal, sem sinais de trauma.

C FC=128 Bpm. PA=120x70

D Glasgow=3 (no momento)

E TCE = lesão de natureza cerebral

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL 10/09/2019
MAT. Nº. 1548287
ASSINATURA

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Paciente = agitado.

Reduzido.

*Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

TOMOGRAFIA/HN/VC
18/08/19 16:46
Técnico: [assinatura]
Exame: [assinatura]
[assinatura]

*Gerado via SX por UZIMAR PEREIRA VALE. Impresso em 18 de Agosto de 2019.



① 521-5002-10-2019

C

D

E

A(ALERGIAS)

M(MEDICAÇÃO EM USO)

P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS)

L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)

A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)

V (PASSADO VACINAL)

EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM)

TC de tórax e pulmões e mediastino e
abdome e pelve

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

HTX e PBT e TPO

OUTROS

CONDUTA PRIMARIA MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

TC abd = sem hemo / Pneumopneumotórax
sem líquido livre. sem incidência
de lesões de órgãos intraabdomina-
rais.

TC tórax e pulmões e mediastino e
abdome. Drenagem torácica com
B. Hyles (tubo Torquato) que
necessita monitorização de posição de
cateter pulmonar? Hematoma inter-
costal.

Dr. Adriano Costa
Assinatura e Carimbo do Responsável

Dr. Adriano Costa
Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1	HORA:	DATA:
NR2	16:50	18/08/19
BMF	17h	18/08/19
ESPECIALISTA 3	HORA:	DATA:

DESTINO DO PACIENTE:

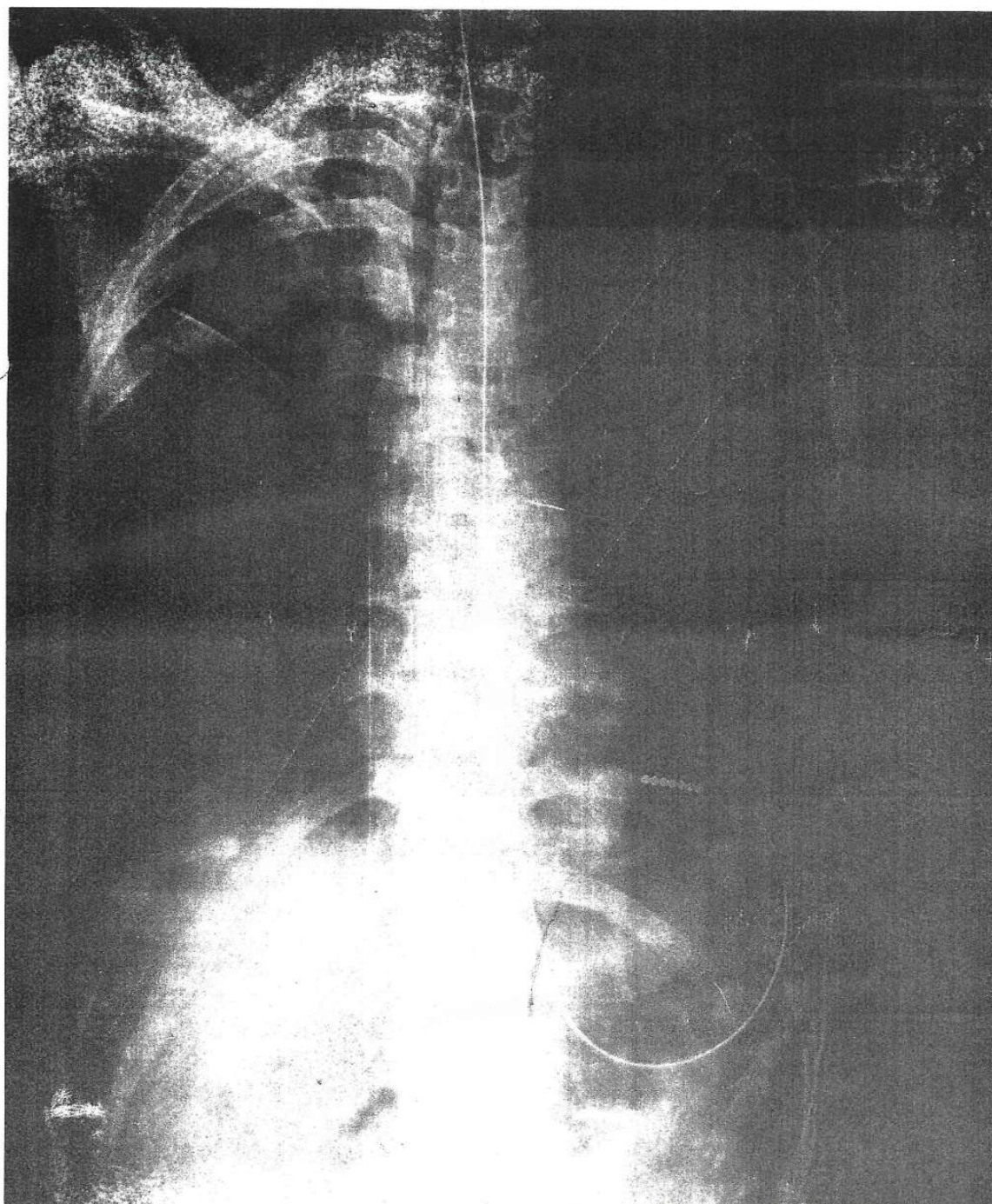
INTERNAÇÃO NA CLÍNICA: DATA / / HORA

SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:

OBITO: DATA / / HORA

ENTREGUE À FAMÍLIA () COM ATESTADO () S.V.O () ITEP





CONFERE COM ORIGINAL
NATAL, 10/09/2019
MAT. Nº. 154888
SAME
ASSINATURA



ALGORITMO DE SUPORTE DE VIDA: 1 - AVALIE A RESPOSTA DA VITIMA 2 - PEÇA AJUDA A OUTRA PESSOA (ALVA, MÁSCARA), 3 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, COEFICIENTE DE RESGATE (DISPOSITIVO BOL. ALVA, MÁSCARA), 4 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, COEFICIENTE DE RESGATE (DISPOSITIVO BOL. ALVA, MÁSCARA), 5 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, COEFICIENTE DE RESGATE (DISPOSITIVO BOL. ALVA, MÁSCARA), 6 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, COEFICIENTE DE RESGATE (DISPOSITIVO BOL. ALVA, MÁSCARA), 7 - SE PULSO ALTA, MÁSCARA), 8 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, COEFICIENTE DE RESGATE (DISPOSITIVO BOL. ALVA, MÁSCARA), 9 - RITMO CHOCANTE: APLIQUE 360 (360) PI DE A BÍFASCO, E REINICIE RCP. AUSENTE, INICIE COMPRESSIONES TORÁCIAS. (10MIN (PROPORÇÃO 30:2) ATÉ A CHEGADA DO DEB, 8 - DEB DISPONÍVEL: ANALISE O RITMO. 9 - RITMO CHOCANTE: APLIQUE 360 (360) PI DE A BÍFASCO, E REINICIE RCP. 10 - RITMO NÃO CHOCANTE, REINICIE RCP (30:2), 11 - AVALIE O RITMO A CADA 5 CICLOS, 12 - PARE RCP QUANDO A EQUIPE DE SUPORTE AVANÇADA ASSUMIR, OU CASO A VITIMA SE MOVIMENTAR, 13 - COLOQUE-A EM POSIÇÃO DE RECUPERAÇÃO.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 1:

ANAMNESE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUITA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASGOW	
Abertura Ocular (AO)	4
Oftalmos se abrem espontaneamente.	3
Oftalmos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3)	2
Oftalmos se abrem por estímulo doloroso	1
Oftalmos não se abrem.	0
Melhor resposta verbal (MRV)	5
Orientado (Responde coerentemente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, endereço, está, o porquê, a data e etc.)	4
Confuso (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão)	3
Palavras inapropriadas (Fala aleatória, mas sem troca conversacional.)	2
Sons ininteligíveis. (Gemeando sem articular palavras.)	1
Ausente.	0
Melhor resposta motora (MRM)	6
Obedece a ordens verbais. (Faz coisas simples quando lhe é ordenado.)	5
Localiza estímulo doloroso.	4
Retirada inapropiada de dor.	3
Padrão flexo à dor (Decorticação).	2
Padrão extensor à dor (Decerebração).	1
Sem resposta motora.	0

**ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASGOW	13 - 150 = 4
	9 - 120 = 3
	6 - 80 = 2
	4 - 50 = 1
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	30 = 0
	10 - 20 = 4
	>20 = 3
	6 - 30 = 2
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	1 - 50 = 1
	00 = 0
	>90 = 4
	70-90 = 3
	50-70 = 2
	1-40 = 1
	00 = 0

**Escala de Trauma Revisada (RTS): Bom índice de sobrevivência para pacientes de trauma fechado. Referência: Adaptado de Champion H.R. Sacco W.L. Copes, et al; A revision of the Trauma score. J. Trauma 29(5) 824, 1989.

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2005)**

03 - 08 grave (necessidade de intervenção imediata);
09 - 34 moderado;
14-15 leve

* Referência: TEASDALE G. JENNET, B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-84

** A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaboram com idade superior a 16 anos. Na Escala Qualitativa utiliza-se ao doente que classifica a intensidade de sua dor de acordo com os seguintes adjetivos:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa	Pior Possível
0	1	2	3	4

EXAME FÍSICO			
IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA			
EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****		LABORATÓRIO	
		OUTROS	
CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)		ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	
Assinatura e Carimbo do Responsável		Assinatura e Carimbo do Responsável	
DESTINO DO PACIENTE:		Nº do Boletim de Atendimento:	
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:		DATA: / / HORA:	
SAÍDA:		DATA: / / HORA:	
Decisão Médica <input type="checkbox"/>		À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:	
ÓBITO:		DATA: / / HORA:	
Entregue à família		com Atestado <input type="checkbox"/> S.V.O. <input type="checkbox"/> I.T.E.P. <input type="checkbox"/>	

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:		Nº do Boletim de Atendimento:	
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:		DATA: / / HORA:	
SAÍDA:		DATA: / / HORA:	
Decisão Médica <input type="checkbox"/>		À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:	
ÓBITO:		DATA: / / HORA:	
Entregue à família		com Atestado <input type="checkbox"/> S.V.O. <input type="checkbox"/> I.T.E.P. <input type="checkbox"/>	





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
MATEUS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA

CPF
136.901.004-45

MATRÍCULA:
0949870155 2019 4 00360 224 0094164 32

SEXO **masculino** COR **parda** ESTADO CIVIL E IDADE **solteiro, com 24 anos de idade**

NATURALIDADE **Luís Gomes - RN** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO **RG: 3.650.461 SSP/RN** ELEITOR **era eleitor**

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA **FÁBIO ALVES PEREIRA e MARISTELA DA SILVA PEREIRA Rua Claudionor de Andrade, 81, Nova Descoberta Natal - RN**

DATA E HORA DE FALECIMENTO **vinte e cinco de agosto de dois mil e dezenove às 18:00 horas** DIA MÊS ANO **25/08/2019**

LOCAL DE FALECIMENTO **Hospital Walfredo Gurgel em Natal - RN**

CAUSA DA MORTE **Hemorragia Intracraniana, Traumatismo Cranioencefálico**

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO **Cemitério Parque Nova Descoberta, Natal/RN** DECLARANTE **MARISTELA DA SILVA**

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO **Adler Ferreira Maia CRM:5432**

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES À ACRESCER
Não deixou bens, não deixou testamento, não deixou filhos. Feito no prazo legal. Ato registrado no Livro C360, às fls.224, sob o nº 94164.

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	3.650.461	17/06/2015	SSP - Secretaria de Segurança Pública-RN	---
PIS/NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	030968051643	42/30	LUS GOMES	RN

CEP Residencial	---	Grupo Sanguíneo	---
-----------------	-----	-----------------	-----

Natal Cartório do Quarto Ofício de Notas
Oficial: Maria de Fátima Rebouças Sampaio
Av. Eng. Roberto Freire, 340 - Shopping Cidade Jardim Capim Macio
Natal-RN. (84)2010-3292

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Natal-RN, 28 de agosto de 2019.

Assinatura do Oficial/Substituto



Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
Selo Isento
RN201910949870029613SPB
Confira em: <https://selodigital.tjm.jus.br>

Diana Cavalcante de Souza
4º Ofício de Notas - Natal/RN
Escrevente Autorizada

4º OFÍCIO DE NOTAS
Maria de Fátima Rebouças Sampaio
Tabelião

José Neto de Oliveira

Mário Alfredo Rebouças Sampaio

Francisca Nunes Domingos
SUBSTITUTO

RCA105494



DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31	cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo:	ffff (0003)	Número do livro
Padrão	aaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii		55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais	ggg (050)	Número da folha
DETALHAMENTO					
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)	dddd (1987)	Ano do Registro	hhhhhhh (0000533)	Número do Termo
bb (01)	Código de Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados	e (1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (registro de casamento religioso pra fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Nulidades) 6: Livro D (Registro de Proenhas) 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)	ii (31)	Dígito Verificador

so exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:39

<https://pje1g.trj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163940000000047805124>

Número do documento: 19100218163940000000047805124



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA DE PLANTÃO ZONA SUL DE NATAL EQUIPE 3
Endereço: AV. INTERVENTOR MARIO CAMARA, 2550, CIDADE DA ESPERANÇA, NATAL, FONE/FAX: (84) 3232-6305/6306

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019109001250

1.3 Tipo: LESÃO CORPORAL ACIDENTE RODOVIÁRIO - C/HOMEM, SEGUIDA

1.2 Data de Expedição: 25/08/2019 23.28.13

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 25/08/2019 21.33.00

2.3 Fato: Consumado

2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo

2.6 Tipo do local: Em Veículo

2.8 Número: S/N

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: NOVA DESCOBERTA

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: RUA NELSON MATOS

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência:

2.13 Cidade: NATAL

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: MARISTELA DA SILVA

3.3 Nome Social:

3.5 Etnia: Branca

3.7 Sexo: FEMININO

3.9 CPF: 01856457478

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: DOMESTICA

3.15 Telefone(s): 84 988550384

3.17 Número: 81

3.19 Bairro: NOVA DESCOBERTA

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.23 Cidade: NATAL

3.2 Estado civil: Divorciado(a)

3.4 Pai: ANTONIO BELO DO NASCIMENTO

3.6 Mãe: MARIA ISABEL DA CONCEICAO

3.8 Orientação Sexual:

3.10 Identidade de Gênero:

3.12 Data de Nascimento: 31/10/1969

3.14 RG: 001140610 - ITEP/RN

3.16 Passaporte:

3.18 Naturalidade: LUIS GOMES RN

3.20 E-Mail:

3.22 Logradouro: RUA CLAUDONOR DE ANDRADE

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 Nome Completo: MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA

4.1.3 Nome Social:

4.1.5 Mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA

4.1.7 Orientação Sexual:

4.1.9 Sexo: NÃO IDENTIFICADO / SEM INFORMAÇÃO

4.1.11 CPF:

4.1.13 Nacionalidade:

4.1.15 Logradouro:

4.1.17 Número:

4.1.19 Bairro:

4.1.21 Estado:

4.1.2 Estado civil:

4.1.4 Pai:

4.1.6 Identidade de Gênero:

4.1.8 Etnia:

4.1.10 Data de Nascimento: 06/08/1995

4.1.12 RG: Não informado

4.1.14 Profissão:

4.1.16 Passaporte:

4.1.18 E-Mail:

4.1.20 CEP:

4.1.21 Cidade:

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

A COMUNICANTE, GENITORA DA VÍTIMA, COMPARECEU NESTA E RELATOU QUE NO DIA 18.08.2019, SEU FILHO SOFREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO; QUE, SEU FILHO CONDUZIA UMA MOTOCICLETA, NA OCASIÃO QUE PERDEU O CONTROLE E COLIDIU EM UM MURO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS, NO BAIRRO DE NOVA DESCOBERTA, SENDO SOCORRIDO PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL; QUE, NO DIA DE HOJE, APROXIMADAMENTE 21H:00, SEU FILHO FOI A ÓBITO NO HOSPITAL WALFREDO GURGEL.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 25/08/2019 23.28.13

P/ @ 220.930-S
Policial

Marietela da Silva
Interessado

Atendimento: 1219286 - MARCOS LUIZ VAZ DA SILVA

Impresso por: 1219286 - MARCOS LUIZ VAZ DA SILVA em 25/08/2019 23:28:22

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Deleg. Esp. em Acidentes de Veículos - DEAV
CONFIRMAÇÃO
A presente fotocópia contém com o
documento original que nos foi apresentado
de igual teor e forma que lhe dou origem
Natal, 11 de SETEMBRO de 2019

Francisco Armando Polício Leal
Agente de Polícia
Mat. 190.961-4
Chefe de Investigação

Página 11

Protocolo: J2019109001250 - Código de autenticação: d83b802080495e1f5dd061da41e0002c

Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:40

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218164004600000047805125

Número do documento: 19100218164004600000047805125

Num. 49477177 - Pág. 1

Em Branco

[Handwritten signature]

Francisco Antônio Falcão Leal
Agente de Polícia
Mat. 190.951-4
Chefe de Investigação



SINISTRO 3190550666 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA

COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO MARISTELA DA SILVA

CPF/CNPJ: 01856457478

Posição em 01-10-2019 08:51:08

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Boletim de ocorrência	Vitima	Não Conforme	



CONTRATO DE HONORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE(S): MARISTELA DA SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN.

CONTRATADO(S): ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11.760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12, RG 3393071 – SSP/RN, com endereço profissional situado na Avenida Romualdo Galvão - Edifício Sfax (sala 803) -, nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO obriga-se, em cumprimento do presente contrato e das procurações que lhe forem outorgadas, a prestar serviços advocatícios profissionais (requerimento administrativo e/ou judicial de seguro DPVAT) na defesa dos direitos do CONTRATANTE, praticando com zelo a atividade jurídica que for necessária para o bom cumprimento do mandato.

CLÁUSULA SEGUNDA - Como remuneração profissional, o CONTRATADO receberá, a título de honorários, *pró-labore*, a importância de 20% (vinte por cento) sobre todos os valores em caso de procedência na causa ou acordo firmado no curso do processo, mesmo em caso de substabelecimento com ou sem reserva de poderes.

§1º - Caso o pagamento não seja realizado na data ou na etapa prevista, será cobrada multa equivalente a 2% (dois por cento), bem como juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) por mês de atraso.

§2º - Se, porventura, o CONTRATADO optar em separar o valor devido a título de honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais, seja no âmbito administrativo ou judicial, poderá juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios no processo para que se cumpra a finalidade pretendida.

§3º - Havendo condenação ou acordo envolvendo honorários de sucumbência, estes pertencerão exclusivamente ao CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato vigora enquanto a ação estiver em trâmite ou pendentes quaisquer obrigações provenientes da causa, em qualquer caso no primeiro grau de jurisdição OU, caso seja acordado entre as partes mediante reajuste quanto aos honorários advocatícios, até as instâncias superiores.

§1º - Eventual interposição de recurso, embargos etc, fica estipulado o pagamento da importância de 1 (um) salário mínimo vigente, exceto quando o CONTRATADO dispensar o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA: Da Desistência ou Revogação - Fica estabelecido que em caso de desistência ou revogação por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula segunda, serão devidos ao(s) CONTRATADO(S), a título de honorários por assessoria e/ou consultoria jurídica, a importância estipulada na tabela de honorários da OAB/RN para esse fim.

§1º - Fica obrigado o CONTRATANTE ao pagamento dos valores estabelecidos na cláusula segunda se rescindir o presente instrumento com a ação em curso. Caso o montante seja inferior à importância de 1 (um) salário mínimo vigente, fica obrigado o CONTRATANTE a complementar o montante. Do mesmo modo, o CONTRATANTE fica obrigado ao pagamento dos honorários no valor contratado na cláusula segunda se acordar ou transigir de qualquer forma com a parte contrária, obstando o seguimento das ações previstas na cláusula primeira, ou dando-lhes fim, sem prejuízo do montante advindo com os ônus da sucumbência a cargo da parte vencida, caso obtenha êxito na(s) demanda(s) intentada contra terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE fica ciente que a ausência injustificada à audiência caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça e pode incidir multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida (art. 334, §8º, CPC);

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE também está plenamente ciente quanto à possível condenação em honorários de sucumbência;

CLÁUSULA SÉTIMA - Havendo alteração de endereço e/ou do número do telefone, fica obrigado o CONTRATANTE a comunicar ao CONTRATADO o novo endereço e/ou contato telefônico;

CLÁUSULA OITAVA - Se a causa exigir serviços fora da comarca-sede do CONTRATADO, implicando em seu deslocamento, ficará ressalvado a este o direito de executá-los pessoalmente ou por advogado substabelecido, correndo por conta do(a) CONTRATANTE as despesas de viagem, estada, transporte e honorários do substabelecido.

CLÁUSULA NONA - Para todas as questões decorrentes deste contrato, será competente o foro da comarca de Natal/RN.

Natal, 12 de setembro de 2019.


CONTRATANTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: MARISTELA DA SILVA

RÉU: MAPFRE SEGUROS

DESPACHO

Vistos hoje,

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts.98 e 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Verifico que a autora pleiteia o seguro DPVAT do seu filho que veio a óbito em acidente de trânsito e apresentou cópia do requerimento administrativo. Ocorre que, na certidão de nascimento da vítima o nome que consta não é igual ao da autora, devendo esta juntar aos autos sua certidão de casamento com a averbação do divórcio, a procuração e documentos pessoais do genitor da vítima por ser também um herdeiro legítimo. Determino que a secretaria proceda com a intimação do patrono para no prazo de 15 (quinze) dias para anexar os documentos supracitados.

Após cumprida a diligência, deverá a secretaria proceder com a citação da parte demandada no endereço constante na petição acostada aos autos para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.



Após, venham-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 17 de outubro de 2019

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO
DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, RIO GRANDE DO
NORTE.**

Processo nº 0845808-34.2019.8.20.5001

MARISTELA DA SILVA, devidamente qualificada nos autos do processo identificado em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado que esta subscreve, requerer a juntada dos documentos que seguem apensos, atendendo, assim, ao Despacho de id 49936161.

É sobremodo importante frisar que o genitor da vítima também propôs ação de cobrança do seguro DPVAT, cujo processo tramita na 24ª vara cível desta comarca sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 9 de janeiro de 2020.

ERIC TORQUATO NOGUEIRA

OAB/RN 11760



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
COMARCA DE LUÍS GOMES - RN
C.N.P.J. (M.F.) 08.392.599/0001-68
Márcia Maysa Maia Rocha
Tabeliã e Oficiala do Registro
CPF/MF 468.277.814-53



Serviço Notarial e Registral
Comarca de Luís Gomes-RN
C.N.P.J. 08.392.599/0001-68
AUTENTICAÇÃO
Apresenta cópia e a reprodução fiel do original. Dou fé.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
COMARCA DE LUÍS GOMES - RN
C.N.P.J. (M.F.) 08.392.599/0001-68
Gilmara Paiva Nunes
SUBSTITUTA



CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nome:

FÁBIO ALVES PEREIRA e MARISTELA DA SILVA

Matrícula:

0007030255 1993 2 00007 101 0001987 91

Nomes completos de solteiro, datas e locais de nascimento, nacionalidade e filiações dos Côjuges

FABIO ALVES PEREIRA, nascido aos **16/10/1973** (Dezesseis de Outubro de Mil Novecentos e Setenta e Três), em esta cidade de Luís Gomes-RN, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado nesta cidade de Luís Gomes-RN, filho de **Francisco Oliveira Pereira** e de **Maria Alves Pereira**.

MARISTELA DA SILVA, nascida aos **31/10/1969** (Trinta e Um de Outubro de Mil Novecentos e Sessenta e Nove), em o Sítio Arara, município de Luís Gomes-RN, brasileira, do lar, residente e domiciliada nesta cidade de Luís Gomes-RN, filha de **Antonio Belo do Nascimento** e de **Maria Isabel da Conceição**.

Data de Registro do Casamento

Vinte e Três de Setembro de Mil Novecentos e Noventa e Três

Dia	Mês	Ano
23	09	1993

Regime de Bens do Casamento

Comunhão Parcial de Bens

Passaram a usar o nome de

ELA- MARISTELA DA SILVA PEREIRA.

Observações

AVERBAÇÃO: Certifico e dou fé, que a margem do termo que se refere está certidão, consta Averbação de DIVÓRCIO cujo teor é o seguinte: Procedo a presente Averbação nos termos do Mandado, datado de 04.10.2016, devidamente assinado pela Dr.ª Eveline Guedes Lima, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Natal-RN, expedido nos autos do Processo nº 0816809-76.2016.8.20.5001- Ação de Divórcio Consensual, procedo a necessária averbação a fim de consignar o **DIVÓRCIO CONSENSUAL** do casal, tudo conforme sentença deste mesmo Juízo datada de 04.10.2016, transitada em julgado, voltando o cônjuge mulher a usar o nome de **SOLTEIRA**, ou seja, **MARISTELA DA SILVA**. O referido é verdade dou fé. Eu, (**MÁRCIA MAYSA MAIA ROCHA**) Oficiala do Registro Civil, averbei e subscrevi em 31.03.2017. Certidão lavrada no livro B-07, fls.101-V sob nº 1.987.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE LUÍS GOMES-RN

COMARCA DE LUÍS GOMES

MÁRCIA MAYSA MAIA ROCHA

Oficiala do Registro Civil

Rua Prefeito Francisco Fontes, nº 125, Centro, Luís
Gomes-RN, CEP: 59.940-000, TEL-Fax: 84-3382-2282

E-mail: cartonodeluísogomesrn@yahoo.com.br

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé

Luís Gomes-RN, 31 de Março de 2017



Gilmara Paiva Nunes
GILMARA PAIVA NUNES
SUBSTITUTA

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
COMARCA DE LUÍS GOMES - RN
C.N.P.J. (M.F.) 08.392.599/0001-68

Gilmara Paiva Nunes



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 09/01/2020 13:04:23

https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010913042306700000050396224

Número do documento: 20010913042306700000050396224

SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL
COMARCA DE LUÍS GOMES - RN
C.N.P.J. 06.952.580/0001-68
Márcia Maysa Maia Rocha
Técnic(a) e Gerente(a) do Registro Civil
CPF: 007.277.814-55



SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL
COMARCA DE LUÍS GOMES - RN
C.N.P.J. 06.952.580/0001-68
Gilmaria Paiva Nunes
Substituta

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Nome:

MARISTELA DA SILVA

Matrícula:

0007030255 1983 1 00009 565 0008699 54

Data do Nascimento		Dia	Mês	Ano
Trinta e Um de Outubro de Mil Novecentos Sessenta e Nove		31	10	1969
Idade	Município de Nascimento e UF			
08:00	Luís Gomes-RN			
Município de Registro e UF	Local de Nascimento	Sexo		
Luís Gomes-RN	Em o Sítio Arara	Feminino		
Filiação				
PAI: ANTONIO BELO DO NASCIMENTO				
MÃE: MARIA ISABEL DA CONCEIÇÃO				
Avós				
Paternos: LUÍZ BELO DO NASCIMENTO e ANA MARIA DA CONCEIÇÃO				
Maternos: PEDRO BELO DO NASCIMENTO e ISABEL RAINHA DA SILVA				
Estado Civil				
NÃO				
Nome e Matrícula do Cônjuge				
Data do Registro		Número da Declaração de Nascimento Visto		
16 DE AGOSTO DE 1983				
Observações				
Foi Declarante: A Genitora				
Referido Registro lavrado no Livro A-09, fls. 565, Sob nº 8.099.				

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Deu fé

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL DE LUÍS GOMES
COMARCA DE LUÍS GOMES - RN
MARCIA MAYSA MAIA ROCHA
Município de Registro Civil
Foi em: Assinada/Gerenciada em 03 de Abril de 2017.
Foi em: 03 de Abril de 2017. 12:00:00. 12:00:00. 12:00:00.
E-mail: marciarocha@trfrrn.com



Luís Gomes-RN, 03 de Abril de 2017.

GILMARA PAIVA NUNES
SUBSTITUTA





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): **FABIO ALVES PEREIRA**, brasileiro, divorciado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.443.154-44, portador da cédula de identidade nº _____ SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Jácome de Lima, nº 146, centro, CEP: 59940-000, Luis Gomes/RN.

OUTORGADO(S): **ERIC TORQUATO NOGUEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12; **BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 14290, portador do CPF/MF nº 061.192.214-25; **CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 7268, portador do CPF/MF nº 452.648.800-34, ambos com endereço profissional situado à Avenida Romualdo Galvão (Edifício Sfax - sala 803), nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

PODERES: Para o foro em geral nos termos do artigo 105 do Código de Ritos, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, concomitantes com os especiais notadamente para promover quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, assinar termo de acordo judicial ou extrajudicial, transigir, acordar, renunciar, recorrer, agravar, substabelecer no todo ou em parte, utilizar e fazer cadastro em nome do Outorgante junto à Central de Serviços Meu INSS, atuar em conjunto ou separadamente com outros advogados para defender os interesses do(s) Outorgante(s) até que as providências tomadas na defesa dos seus interesses tenham cessado.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, levantar ou receber RPV, precatórios e alvarás, requerer a justiça gratuita, dar e/ou receber quitação, declarar a hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105, do Código de Processo Civil.

Natal, 20 de setembro de 2019.

FABIO ALVES PEREIRA
OUTORGANTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a proliferação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta do processo, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24ª Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim, é de se reconhecer a competência deste juízo, 23ª Vara Cível, para processar e julgar os feitos em razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino que sejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24ª Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24ª Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS
Juiz de Direito
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a proliferação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta do processo, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24ª Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim, é de se reconhecer a competência deste juízo, 23ª Vara Cível, para processar e julgar os feitos em razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino que sejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24ª Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24ª Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS
Juiz de Direito
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a proliferação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta do processo, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24ª Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim, é de se reconhecer a competência deste juízo, 23ª Vara Cível, para processar e julgar os feitos em razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino que sejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24ª Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24ª Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS
Juiz de Direito
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a proliferação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta do processo, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24ª Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim, é de se reconhecer a competência deste juízo, 23ª Vara Cível, para processar e julgar os feitos em razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino que sejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24ª Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24ª Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS
Juiz de Direito
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Petição anexa.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA
23ª VARA CÍVEL DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE.**

MARISTELA DA SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN; e **FABIO ALVES PEREIRA**, brasileiro, divorciado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.443.154-44, portador da cédula de identidade nº 1.372.961 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Jácome de Lima, nº 146, centro, CEP: 59940-000, Luis Gomes/RN (documentos pessoais em anexo), por seus bastantes procuradores e advogados que esta subscrevem (procuração apensa), com escritório no endereço grafado no rodapé desta inicial, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT)

em face de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com sucursal em Natal/RN, na Avenida Jaguarari, nº 1865, Lagoa Nova, CEP: 59054-500, telefone de contato: (84) 3223-4257, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:



I - DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos.

II - DOS FATOS

Os autores são os genitores do Sr. Mateus Antônio Pereira da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 136.901.004-45, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 18/08/2019, conforme narra o Boletim de Ocorrência apenso.

Em decorrência do infortúnio, a vítima foi internada no Hospital Walfredo Gurgel, onde lá permaneceu por cerca de uma semana em decorrência de lesão por esmagamento do crânio decorrente de acidente de trânsito, mas não resistiu aos ferimentos, vindo à óbito na data de 25/08/2019, conforme Certidão de Óbito anexa, a qual aponta que o evento morte fora causado por hemorragia intracraniana / traumatismo cranioencefálico.

Cumpr frisar que o “de cujus” nunca foi casado, não deixou filhos, nem companheira, restando seus pais como únicos herdeiros.

Ocorre que o pagamento da indenização devida aos autores foi negado pela seguradora demandada ao argumento de inconformidades no boletim de ocorrência.

Todavia, consoante Vossa Excelência pode verificar na documentação apensa aos autos, bem como nos documentos solicitados e encaminhados pela parte autora quando do requerimento administrativo, e que a seguradora certamente juntará no momento da apresentação de sua



defesa, não há qualquer objeção para o indeferimento da indenização securitária devida à autora.

Logo, os autores não podem ter o seu direito de receber o seguro DPVAT tolhido por meras exigências burocráticas, haja vista que a exigência rigorosa de juntada de tantos documentos traduz-se em um formalismo exacerbado, indo de encontro com os princípios da economia e celeridade processual.

No caso em tela, a parte autora colacionou aos autos uma série de documentos os quais se mostram hábeis a comprovar a relação havida entre o acidente de trânsito sofrido e as lesões experimentadas (o mais importante), razão pela qual não há que se falar em “documentação não conforme”.

Salienta-se que o direito da Autora consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório DPVAT, sendo-lhe devida a importância R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) como cota-parte, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e o óbito.

Logo, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr Mateus Antônio Pereira da Silva, culminado com seu óbito, a Requerente, herdeira do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de **morte** e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foram criadas por lei. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de



indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), a parte requerente faz jus à indenização decorrente do acidente de trânsito, no montante estabelecido conforme o art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, “in verbis”:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

(...)

Não custa lembrar que, ao requerer a indenização na esfera administrativa, a parte autora munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação *sus*o mencionada, tais como a certidão de óbito, prontuário médico e o registro de ocorrência realizado no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa,



haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, tem a parte autora direito à indenização.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação dos documentos apresentados pela requerente para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Em vista disso, a parte autora faz jus à indenização do seguro obrigatório DPVAT na forma do art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74.

IV - DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O ÔNUS DA PROVA

A relação estabelecida entre a seguradora e o segurado, como sabido e ressabido, é considerada relação de consumo, regida, também, pela legislação consumerista.

A propósito, dispõe o Código de Defesa do Consumidor que:

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.



Admitida a aplicação analógica do Código de Defesa do Consumidor nas cobranças do seguro DPVAT, imprescindível constatar o preenchimento dos requisitos autorizadores.

No caso afigura-se possível a inversão do ônus da prova, por serem verossímeis as alegações e pelo fato de o autor ser hipossuficiente.

Outrossim, mesmo que seja matéria controvertida na jurisprudência, não há impedimento quanto a aplicação analógica das regras do Código de Defesa do Consumidor às ações de cobrança de seguro DPVAT, por não haver regra na legislação específica impedindo a inversão do ônus da prova. Alias, o §2º do artigo 3º do CDC autoriza a incidência de suas regras nas ações securitárias privadas, que muito se assemelham com as cobranças do seguro DPVAT, e, portanto, mais um motivo relevante autorizador.

Logo, constatada a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência da parte autora, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto, sendo admitida a inversão do ônus da prova, ainda que não se trate de relação tipicamente de consumo.

V - DA CONVERSÃO PARA O RITO ORDINÁRIO

A ação de cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT visa o recebimento de indenização em razão de óbito ou invalidez permanente, ocasionados em virtude de acidente de trânsito, devendo seguir o procedimento sumário, conforme determinado pelas regras do art. 275, II, “e”, adotado por Vossa Excelência.

Como se percebe pela rotina das audiências já realizadas, muito raramente sucede acordo antes da realização da perícia, a qual não ocorre antes da audiência de conciliação, sendo muito mais comum a realização de acordo fora da audiência, com apresentação de petição escrita para homologação do Juízo. Desta forma, é ineficaz a realização de audiência de conciliação antes da confecção e apresentação do Laudo de Exame Pericial, a ser realizado após citação réu para oferecimento de contestação bem como de



questos para a perícia médica, adaptando-se o procedimento para que se alcance a máxima efetividade dos atos processuais.

Constitui poder-dever do magistrado, sempre que não houver prejuízo às partes, adequar o procedimento à pretensão deduzida em Juízo, em observância aos princípios da efetividade, economia e acesso à jurisdição.

Requer, portanto, a adoção do rito ordinário, uma vez que, além do desenvolvimento célere, não serão causados prejuízos às partes, por não interferir substancialmente no processo.

VI – DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL

Constatado que o Requerente não recebeu a indenização devida, deve a Requerida ser condenada a efetuar o pagamento da indenização.

Nesse particular aspecto, inexistente dúvida que a seguradora incide em mora ao não efetuar o pagamento da indenização devida de acordo com a legislação de regência.

No pertinente aos juros de mora, seu cômputo deve ocorrer a partir da data do evento danoso.

Não obstante a posição da seguradora quanto a este aspecto, no sentido de que os encargos moratórios incidem a partir da citação ou do ajuizamento da ação, visando atender ao princípio da unicidade da prestação da tutela jurisdicional, é de se aceder ao entendimento majoritário dos Tribunais os quais determinam que sejam os juros calculados desde a data da ocorrência do evento danoso.

Não é outro o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça. *In verbis*:

Súmula 580-STJ: A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º





Torquato
Paula
& Velho

ADVOGADOS ASSOCIADOS

da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso.

Ainda:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - REPARAÇÃO DE DANOS PELO PROCEDIMENTO SUMÁRIO - ATROPELAMENTO - CULPA DA EMPRESA DE ÔNIBUS - NÃO COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO DO DPVAT - JUROS DE MORA FIXADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO - INSURGÊNCIA DA RÉ. [...] 3. **Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde o evento danoso, inclusive sobre o valor dos danos morais.** Enunciado 54 da Súmula do STJ. 4. Arts. 389 do Código Civil e 333, I, II, do Estatuto Processual Civil. Ausência de prequestionamento. Súmula n. 282 do STF. 5. Não logrou o recorrente demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 269079 RJ 2012/0261937-8, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 24/09/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/10/2013)*

Tendo em vista as considerações acima, chegamos a conclusão de que os juros de mora e a correção monetária devem ser computados a partir da data do evento danoso, o que desde já se requer.



VII - DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, consequentemente, de formular quesitos periciais, tendo em vista que o evento danoso resultou no óbito da vítima, não havendo necessidade para tal.

VII - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da demandada, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados;
- b) A procedência dos pedidos para condenar a demandada ao pagamento do Seguro DPVAT devido aos autores, **na proporção de 50% para cada herdeiro - ou R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)** -, respeitando o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, corrigidos a partir do evento danoso pelo IGP-M e juros de 1% ao mês;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) A inversão do ônus da prova nos termos do §2º do artigo 3º do CDC;
- e) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente, a prova testemunhal e documental;
- f) A concessão do benefício da justiça gratuita, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que a parte Autora não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família;
- g) A intimação da demandada para apresentar nos autos cópia do processo administrativo referente ao sinistro em questão, documento comum às partes, em atenção ao artigo 396 do CPC;



i) Em caso de procedência da causa ou acordo firmado no curso do processo, requer, desde já, a retenção dos honorários advocatícios, com expedição de alvará em nome do advogado ERIC TORQUATO NOGUEIRA, CPF: 061.387.934-12, para levantamento dos honorários contratuais e/ou sucumbenciais – contrato apenso;

Opta, a parte autora, amparada pelo art. 319, VII, do CPC, pela NÃO realização de audiência de conciliação ou de mediação, haja vista a improvável possibilidade de acordo.

Atribui-se à causa, para efeitos fiscais e de alçada, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 26 de junho de 2020.

ERIC TORQUATO NOGUEIRA
OAB/RN 11760

BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA
OAB/RN 14290

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO
OAB/RN 7268



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 60301741 - AC MAJOR SALES
MAJOR SALES - RN
CNPJ.....: 34028316711980 Ins Est.: 200530941
COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 346419660
Contrato.....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao.....: 62267655

Movimento...: 16/10/2019 Hora.....: 08:57:07
Caixa.....: 93831038 Matrícula...: 86283847
Lancamento...: 004 Atendimento: 00001
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete.: 1720396854

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	24,78+

Valor do Porte(R\$)....: 24,78

Peso real (G).....: 143

Peso Tarifado.....: 0,143

CNPJ/CPF Remet.: 02244315444

Nome Remetente.: FABIO ALVES PEREIRA

Endereço Remet.: RUA PROFESSOR FRANCISCO JA

Cont. Endereço.: COM DE LIMA, 145 - CENTRO

Cep Remetente...: 59940-000

Cidade Remet....: LUIS GOMES

UF Remet.....: RN

POSTAL RESPOSTA DPV	1	30,43+
---------------------	---	--------

Valor do Porte(R\$)....: 30,43

Cep Destino: 20011-904 (RJ)

Peso real (G).....: 143

Peso Tarifado.....: 0,143

OBJETO====> DY301369890BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 55,21

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

RG:

Nome:

Ass. Responsável.....



CONTRATO DE HONORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE(S): FABIO ALVES PEREIRA, brasileiro, divorciado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.443.154-44, portador da cédula de identidade nº _____ SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Jácome de Lima, nº 146, centro, CEP: 59940-000, Luis Gomes/RN.

CONTRATADO(S): ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11.760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12, RG 3393071 – SSP/RN, com endereço profissional situado na Avenida Romualdo Galvão - Edifício Sfax (sala 803) -, nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO obriga-se, em cumprimento do presente contrato e das procurações que lhe forem outorgadas, a prestar serviços advocatícios profissionais (requerimento administrativo e/ou judicial de seguro) na defesa dos direitos do CONTRATANTE, praticando com zelo a atividade jurídica que for necessária para o bom cumprimento do mandato.

CLÁUSULA SEGUNDA - Como remuneração profissional, o CONTRATADO receberá, a título de honorários, *pró-labore*, a importância de 20% (vinte por cento) sobre todos os valores em caso de procedência na causa ou acordo firmado no curso do processo, mesmo em caso de substabelecimento com ou sem reserva de poderes.

§1º - Caso o pagamento não seja realizado na data ou na etapa prevista, será cobrada multa equivalente a 2% (dois por cento), bem como juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) por mês de atraso.

§2º - Se, porventura, o CONTRATADO optar em separar o valor devido a título de honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais, seja no âmbito administrativo ou judicial, poderá juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios no processo para que se cumpra a finalidade pretendida.

§3º - Havendo condenação ou acordo envolvendo honorários de sucumbência, estes pertencerão exclusivamente ao CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato vigora enquanto a ação estiver em trâmite ou pendentes quaisquer obrigações provenientes da causa, em qualquer caso no primeiro grau de jurisdição OU, caso seja acordado entre as partes mediante reajuste quanto aos honorários advocatícios, até as instâncias superiores.

§1º - Eventual interposição de recurso, embargos etc, fica estipulado o pagamento da importância de 1 (um) salário mínimo vigente, exceto quando o CONTRATADO dispensar o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA: Da Desistência ou Revogação - Fica estabelecido que em caso de desistência ou revogação por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula segunda, serão devidos ao(s) CONTRATADO(S), a título de honorários por assessoria e/ou consultoria jurídica, a importância estipulada na tabela de honorários da OAB/RN para esse fim.

§1º - Fica obrigado o CONTRATANTE ao pagamento dos valores estabelecidos na cláusula segunda se rescindir o presente instrumento com a ação em curso. Caso o montante seja inferior à importância de 1 (um) salário mínimo vigente, fica obrigado o CONTRATANTE a complementar o montante. Do mesmo modo, o CONTRATANTE fica obrigado ao pagamento dos honorários no valor contratado na cláusula segunda se acordar ou transigir de qualquer forma com a parte contrária, obstando o seguimento das ações previstas na cláusula primeira, ou dando-lhes fim, sem prejuízo do montante advindo com os ônus da sucumbência a cargo da parte vencida, caso obtenha êxito na(s) demanda(s) intentada contra terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE fica ciente que a ausência injustificada à audiência caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça e pode incidir multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida (art. 334, §8º, CPC);

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE também está plenamente ciente quanto à possível condenação em honorários de sucumbência;

CLÁUSULA SÉTIMA - Havendo alteração de endereço e/ou do número do telefone, fica obrigado o CONTRATANTE a comunicar ao CONTRATADO o novo endereço e/ou contato telefônico;

CLÁUSULA OITAVA - Se a causa exigir serviços fora da comarca-sede do CONTRATADO, implicando em seu deslocamento, ficará ressalvado a este o direito de executá-los pessoalmente ou por advogado substabelecido, correndo por conta do(a) CONTRATANTE as despesas de viagem, estada, transporte e honorários do substabelecido.

CLÁUSULA NONA - Para todas as questões decorrentes deste contrato, será competente o foro da comarca de Natal/RN.

Natal, 20 de setembro de 2019.

FABIO ALVES PEREIRA
CONTRATANTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

MANDADO DE CITAÇÃO

AÇÃO CÍVEL 0845808-34.2019.8.20.5001

Requerente: MARISTELA DA SILVA e outros

Requerido: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

De ordem do(a) Exmo(a). Dr(a).EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS, Juiz(a) de Direito desta 23ª Vara Cível, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC.

MANDA ao(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for apresentado, que proceda a CITAÇÃO da parte requerida, abaixo descrita, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a referida ação.

Destinatário: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59025-500

ADVERTÊNCIA: O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1grau.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	191002181635803000000047805102
01 PETIÇÃO INICIAL	Outros documentos	191002181636056000000047805113
02 PROCURAÇÃO	Procuração	191002181636569000000047805116
03 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação	191002181636905000000047805117
04 DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação	191002181637277000000047805118
05 RG - VÍTIMA	Documento de Identificação	191002181637581000000047805119
06 REGISTRO CIVIL	Documento de Comprovação	191002181637954000000047805120
07 DECLARAÇÃO DO SAMU	Documento de Comprovação	191002181638333000000047805121



08 PRONTUÁRIO MÉDICO	Documento de Comprovação	191002181638773000000047805123
09 CERTIDÃO DE ÓBITO	Certidão de Óbito	19100218163940000000047805124
10 BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	191002181640046000000047805125
11 SINISTRO	Documento de Comprovação	191002181640439000000047805126
12 CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	191002181640835000000047805127
Despacho	Despacho	191018102317371000000048233616
Juntada de documentos	Comunicações	200109130422683000000050396223
AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO	Documento de Comprovação	200109130423067000000050396224
CERTIDÃO DE NASCIMENTO - AUTORA	Certidão de Nascimento	200109130423469000000050396225
DOCUMENTOS PESSOAIS - GENITOR	Documento de Identificação	200109130423889000000050396226
PROCURAÇÃO - GENITOR	Procuração	200109130424843000000050396228
Decisão	Decisão	200429181220260000000053321444
Intimação	Intimação	200429181220260000000053321444
Intimação	Intimação	200429181220260000000053321444
Intimação	Intimação	200429181220260000000053321444
Emenda à Inicial	Comunicações	200626002806350000000054862096
EMENDA À INICIAL	Outros documentos	200626002809192000000054863400
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação	200626002809756000000054863401
CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	200626002810067000000054863402

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Eu, JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA, auxiliar técnico judiciário, digitei

Natal/RN, 20 de outubro de 2020.



RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte autora: AUTOR: MARISTELA DA SILVA, FABIO ALVES PEREIRA

Parte ré: RÉU: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Ação de Indenização do Seguro DPVAT

Ao(a)

Exmº(a) Sr(a) Juiz(a) de Direito

S e n h o r (a) J u i z (a)

Venho de ordem do Dr. **Eustáquio José Freire de Farias**, MM. Juiz de Direito desta 23ª Vara Cível, encaminhar a V. Exª. Decisão de ID. 55407645, proferida pelo MM Juiz desta 23ª Vara Cível em ato judicial no autos do presente processo, conforme cópia anexa, a fim de que V. Exª., em tomando conhecimento, dê total cumprimento a prefalada Decisão, encaminhando a este Juízo os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, para que sejam, os mesmos, apensados aos autos desta demanda.

A t e n c i o s a m e n t e ;

Natal, 20 de outubro de 2020.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

Exmº(a) Sr. (a)

MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível - Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes

COMARCA DE NATAL-RN



Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

COMARCA DE NATAL

Central de Cumprimento de Mandados

CERTIDÃO

ID 61754854

Certifico, em cumprimento ao mandado extraído dos autos do processo epigrafado, que compareci ao endereço indicado nos autos (Rua Jaguarari, 1865, no bairro Lagoa Nova, nesta Capital) e, lá estando às 09h50min do dia 21/10/2020, após as formalidades legais, **citei** **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A., através de seu representante Anderson Karlus Paiva Ramos**, que após a leitura do inteiro teor deste mandado, deu seu ciente e recebeu a contrafé.

O referido é verdade. Dou fé.

Natal/RN, 21 de outubro de 2020.

Juliano Costa Bezerra

Oficial de Justiça – TJ/RN

Mat. nº 197.158-1

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Successfully created



MAPFRE
SEGUROS
Suc. Natal

Recebido por Anderson Karlus
EM 21/10/2020 AS 09:52H

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

MANDADO DE CITAÇÃO

ANDERSON

KARLUS PAIVA

RAMOS.

AÇÃO CÍVEL 0845808-34.2019.8.20.5001
Requerente: MARISTELA DA SILVA e outros
Requerido: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

De ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). EUSTAQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS, Juiz(a) de Direito desta 23ª Vara Cível, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC.

MANDA ao(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for apresentado, que proceda a CITAÇÃO da parte requerida, abaixo descrita, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a referida ação.

Destinatário: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59025-500

ADVERTÊNCIA: O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao site do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1g.tjrn.jus.br/pje1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19100218163580300000047805102
01 PETIÇÃO INICIAL	Outros documentos	19100218163605600000047805113
02 PROCURAÇÃO	Procuração	19100218163656900000047805116
03 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação	19100218163690500000047805117
04 DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação	19100218163727700000047805118
05 RG - VÍTIMA	Documento de Identificação	19100218163758100000047805119
06 REGISTRO CIVIL	Documento de Comprovação	19100218163795400000047805120
07 DECLARAÇÃO DO SAMU	Documento de Comprovação	19100218163833300000047805121
08 PRONTUÁRIO MÉDICO	Documento de Comprovação	19100218163877300000047805123
09 CERTIDÃO DE ÓBITO	Certidão de Óbito	19100218163940000000047805124
10 BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	19100218164004600000047805125
11 SINISTRO	Documento de Comprovação	19100218164043900000047805126
12 CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	19100218164083500000047805127
Despacho	Despacho	19101810231737100000048233616
Juntada de documentos	Comunicações	20010913042268300000050396223

pje1g.tjrn.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=59235039&idProcessoDoc=617... 1/2



Assinado eletronicamente por: JULIANO COSTA BEZERRA - 21/10/2020 13:22:31

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102113223127600000059387310>

Número do documento: 20102113223127600000059387310

Num. 61912530 - Pág. 1

AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO	Documento de Comprovação	20010913042306700000050396224
CERTIDÃO DE NASCIMENTO - AUTORA	Certidão de Nascimento	20010913042346900000050396225
DOCUMENTOS PESSOAIS - GENITOR	Documento de Identificação	20010913042388900000050396226
PROCURAÇÃO - GENITOR	Procuração	20010913042484300000050396228
Decisão	Decisão	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Emenda à Inicial	Comunicações	20062600280635000000054862096
EMENDA À INICIAL	Outros documentos	20062600280919200000054863400
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação	20062600280975600000054863401
CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	20062600281006700000054863402

Resalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio do advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Eu, JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA, auxiliar técnico judiciário, digitei

Natal/RN, 20 de outubro de 2020.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

20/10/2020 10:39:33

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 61754854



20102010393300200000059235039

imprimir





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

CERTIDÃO

Certifico que nesta data procedi com a remessa de ofício de ID. 61753756 ao Juízo da 24ª Vara Cível, via E-mail: nt2pre@tjrn.jus.br, conforme comprovante de envio em anexo. O referido é verdade.

Natal, 23 de outubro de 2020.

JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA

Auxiliar Técnico Judiciário

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)




Zimbra

nt1pre@tjrn.jus.br

Ofício encaminhando Decisão

De : nt1pre@tjrn.jus.br

Sex, 23 de out de 2020 16:39

Assunto : Ofício encaminhando Decisão 2 anexos**Para :** nt2pre <nt2pre@tjrn.jus.br>

Boa tarde!

Segue ofício expedido por este Juízo, encaminhando Decisão do MM Juiz desta 23ª Vara Cível.

Atenciosamente,

Secretaria da 23ª Vara Cível.

**Decisão ref. proc. 0845808-34.2019.8.20.5001.pdf**

33 KB

**Ofício ref. proc. 0845808-34.2019.8.20.5001.pdf**

26 KB

